

## **EIXO: Conjuntura Nacional e Internacional**

### **Considerando que:**

- 1- O governo Trump, dos EUA, é, na atualidade, a expressão do processo contraditório da expansão da globalização financeira e do imperialismo. Eleito com um discurso anti-*establishment* e antipolítico, o presidente xenófobo e nacionalista prometeu restaurar o poderio norte-americano sem ocultar que, em face da crise estrutural, o capital somente consegue crescer com precarização, retirada de direitos dos(as) trabalhadores(as), apropriação do fundo público e intensificação da exploração dos recursos naturais, comprometendo o equilíbrio socioambiental. Estas saídas para a crise se expressam emblematicamente nas políticas de cortes orçamentários nas áreas sociais e no rompimento, por parte do governo americano, do “Acordo de Paris” de proteção ambiental – construído no âmbito das Nações Unidas em 2015 e assinado por 195 países.
- 2- Vale dizer que essa política do imperialismo americano, orientada pelo lema “Fazer a América grande novamente”, usado na campanha de Trump, tem desencadeado contradições, pois se realiza num cenário mundial marcado pela presença de outras nações imperialistas e blocos econômicos que disputam áreas de influência no mapa global. A política de Trump tende a aprofundar os choques interimperialistas, despertando reações à ordem unipolar estabelecida após o fim da guerra fria. A prova dessas contradições e conflitos são as investidas de Putin, presidente da Rússia, que opera na geopolítica mundial, intencionando minar o poderio norte-americano e da Otan, perseguindo uma ordem mundial que beneficie a Rússia.
- 3- As contradições despertadas ou aprofundadas pela política do império norte-americano não se reduzem aos choques interimperialistas. Elas se expressam também na resistência de setores da sociedade estadunidense e de outras sociedades que têm protagonizado lutas contra a xenofobia, a redução de verbas para a área social, o obscurantismo e a misoginia, que caracterizam o governo Trump. Ilustra bem essa resistência a maciça “Marcha das Mulheres”, realizada no dia 21 de janeiro de 2017, nas principais cidades dos Estados Unidos e espalhada mundo afora, em outros vinte países, contra o presidente dos Estados Unidos e a favor dos direitos das mulheres e de grupos oprimidos.
- 4- É, também, expressão da tendência da antipolítica e do discurso contra *establishment* o caso de Macron, eleito na França com 24% dos votos. Defendendo uma contrarreforma laboral fortemente combatida pelo movimento dos trabalhadores e jovens das periferias, o candidato eleito, Macron, disputou o segundo turno com Marine Le Pen, candidata de extração fascista, que defendia um programa nacionalista baseado na xenofobia, prometendo impedir a entrada imigrantes e expulsá-los, especialmente árabes, assim como lutar contra a integração do país na zona do Euro.
- 5- As eleições de segundo turno marcadas por duas propostas que gravitam no mesmo campo da preservação da ordem burguesa, despertou grande insatisfação da população, pois fora marcada pelo maior índice de abstenção desde 1969 (25,44%) e por expressivo percentual de votos brancos e nulos (11,47%). Os índices de abstenção

e de votos nulos e votos brancos sinalizam uma crise importante do sistema político tradicional da França e a emergência de um pensamento antissistema, que questiona a ordem neoliberal da globalização financeira. Circunstâncias semelhantes ocorrem noutros países europeus, ainda que não manifestem uma alternativa de projeto sociopolítico de forma organizada.

- 6- Na América Latina, as agendas neoliberais avançam, inclusive com a desarticulação de experiências de governos de origem popular. O caso mais evidente é o da Venezuela, cuja situação de exploração e opressão dos trabalhadores piora com o dismantelamento das políticas do chavismo. A Venezuela enfrenta uma longa crise econômica e política provocada, por um lado, pela drástica queda de preços do petróleo, que é a principal fonte de riqueza e produto de exportação. Por outro lado, a crise se deve ao avanço das forças políticas mais conservadoras ligadas às velhas oligarquias rentistas e aliadas aos interesses imperialistas, que atacam os poucos direitos conquistados na esteira da política chavista. A crise política vivida na Venezuela mostra a fragilidade dos processos de mudança social quando não se efetivam transformações estruturais na esfera da produção. Há também luta de trabalhadores(as) noutros países da América Latina, com destaque para Paraguai, Argentina, Equador e Chile.
- 7- No quadro atual de crise estrutural, o capital somente consegue crescer impondo rebaixamento das condições de vida dos trabalhadores, destruindo direitos, apropriando-se do fundo público e promovendo grave desequilíbrio socioambiental por meio da intensificação da exploração predatória dos recursos naturais; Na América Latina, as agendas neoliberais avançam, inclusive com a desarticulação de governos de origem popular, mostrando a inviabilidade de processos de mudança social baseados na conciliação de classes; No Brasil, o governo ilegítimo de Temer implementa uma agenda regressiva (contrarreformas trabalhista e previdenciária e novos ataques a saúde e educação públicas).
- 8- O governo ilegítimo de Temer promove um dos maiores ataques à classe trabalhadora dos últimos anos com as contrarreformas trabalhista e da previdência. A contrarreforma trabalhista cria e amplia novas formas de contratos de trabalho precário, regula o teletrabalho, amplia o trabalho parcial, permite o pagamento abaixo do salário mínimo mensal e provoca aumento do desemprego e rotatividade no mercado de trabalho, permitindo, inclusive, que mulheres grávidas e lactantes, que trabalham em locais e atividades insalubres, permaneçam na função, evidenciando retrocessos na legislação trabalhista.
- 9- Essa contrarreforma também cria dificuldades e entraves para o reconhecimento das responsabilidades do(a) empregador(a), criando condições para ampliar o uso da mão de obra em situações análogas à escravidão. Ela expressa a presunção de que o(a) trabalhador(a) age de forma ilícita e censurável na relação processual, colocando a empresa como vítima e negando aos(as) trabalhadores(as) a gratuidade processual plena, mesmo reconhecida a sua hipossuficiência.
- 10- A medida aprofunda a terceirização nas atividades meio e fim e trabalho intermitente, condições altamente precarizantes de trabalho em todo o mundo e, especialmente, no Brasil. A contrarreforma trabalhista estabelece que o acordo ou a convenção se sobreponham aos direitos garantidos em lei e, ainda, que o acordo prevalecerá sobre a negociação coletiva. Neste sentido, retira competências do sindicato, com a

- representação em local de trabalho e permite acordo individual escrito para definição da jornada de 12/36 horas e banco de horas.
- 11- Já a contrarreforma da previdência – PEC 287/16 –, inicialmente apresentada, agudiza o ataque aos(às) trabalhadores(as): institui a exigência de idade mínima para aposentadoria a partir dos 65 (sessenta e cinco) anos para homens e mulheres; 49 (quarenta e nove) anos de tempo de contribuição para ter acesso a 100% do benefício; redução do valor geral das aposentadorias; precarização da aposentadoria do(a) trabalhador(a) rural; pensão por morte e benefícios assistenciais em valor abaixo de um salário mínimo; exclusão das regras de transição vigentes; impedimento da cumulação de aposentadoria e pensão por morte; elevação da idade para o recebimento do benefício de prestação continuada (BPC) para 70 anos de idade; e instituição do fim da aposentadoria especial dos(as) professores(as) da educação básica e do ensino técnico e tecnológico.
  - 12- O substitutivo à PEC 287/16, do deputado Arthur Maia (PPS-BA), ao contrário do que se anuncia, intensifica a retirada de direitos. Na essência, propõe a idade mínima de 62 anos para as mulheres e de 65 anos para os homens para pedir aposentadoria e 25 anos de contribuição, além de acabar com a integralidade e paridade, deixando, os(as) aposentados(as), de receber os aumentos de quem está na ativa.
  - 13- O processo do *impeachment* e a Operação Lava-Jato (que estão atravessados por disputas intraburguesas) desencadearam uma crise político-institucional de grandes proporções, que revela as entranhas do sistema político da democracia representativa instaurada no Brasil. Trata-se de um sistema corrupto, no qual as grandes empresas manipulam o processo eleitoral, financiam os principais partidos políticos e controlam a pauta de votações do Congresso Nacional, ao mesmo tempo em que utilizam o fundo público por intermédio do BNDES e Bancos estatais para lucrar com negócios privados.
  - 14- As massivas manifestações nos dias 8, 15 e 31 de março, as lutas dos povos tradicionais, com ações radicalizadas, em oposição as contrarreformas, expressaram força da unidade dos/as trabalhadores/as, levando as burocracias de sindicatos e centrais a reconhecer que a greve geral era necessária e inevitável. Em conjunto, as maciças manifestações ocorridas nos estados no mês de março, a exitosa greve geral de 28 de abril, o *#OcupeBrasília* – com a marcha do dia 24 de maio, tencionaram a correlação de forças a favor da classe trabalhadora que alcançou um patamar de organização superior aos anos anteriores, contribuindo com rachas do bloco no poder e incidindo na tramitação das contrarreformas e na grave crise que envolve o governo, no âmbito do executivo e no legislativo.
  - 15- No segundo semestre de 2017, a classe seguiu realizando diversas lutas, mas dada a fragmentação e desarticulação, elas não foram capazes de frear a retirada de direitos; Houve um recuo das principais centrais sindicais do país, que optaram pela negociação com o governo Temer e/ou centraram foco nas eleições de 2018, desmobilizando a nova iniciativa de greve geral em 30 de junho, o que levou a uma redução na intensidade das lutas da classe trabalhadora. Foi nesse contexto que ocorreu a aprovação das leis de terceirizações e da contrarreforma trabalhista.
  - 16- O “Novo Regime Fiscal”, criado pela EC/95, trouxe cortes orçamentários em 2017, intensificados na Proposta de Lei Orçamentária Anual para 2018, com novas redução de gastos nas áreas de saúde, assistência social e educação, com diversos rebatimentos

nas políticas impostas pelos governos estaduais e municipais, tais como privatizações de empresas públicas, não pagamento e parcelamentos de salários de servidores, alterações na alíquota de contribuição previdenciária de 11% para 14%”.

- 17- Neste cenário de polarização, a tarefa fundamental dos movimentos sociais é articular as lutas de acordo com as demandas da classe. O fortalecimento dos organismos de poder da classe trabalhadora dá sustentação às ações de luta direta, de modo que não se criem falsas expectativas em relação à saída necessária. A acertada construção da unidade, com o fortalecimento de comitês unificados para a construção da greve geral, frentes e fóruns para barrar as contrarreformas, demonstra que o enfrentamento às políticas de destruição dos serviços públicos, bem como a defesa do emprego, forjados no seio da base, reafirma a necessidade de ocuparmos as ruas e aglutinarmos nossas bandeiras, inclusive pensando nas ações construídas em médio e longo prazos, certos de que qualquer resultado positivo só virá com unidade da classe e intenso trabalho de base.
- 18- A necessidade da auditoria da dívida pública, e, conseqüentemente, a suspensão do seu pagamento, posto que esse sistema se encontra diretamente imbricado com o ajuste fiscal e a retirada de direitos.

### **O III Congresso da CSP-Conlutas resolve:**

1-Aprovar as seguintes palavras de ordem para enfrentar a conjuntura da crise político-institucional: Barrar e revogar as contrarreformas! Construir nova Greve Geral! Fora Temer! Contra a política de conciliação de classes! Eleições diretas e gerais já, com novas regras!

2-Assumir como tarefa central construir a unidade e a reorganização da classe, fortalecendo a CSP-CONLUTAS como central classista, autônoma que aglutine, de forma democrática, diversos setores da classe trabalhadora que se opõem aos projetos de conciliação de classes;

3-Dialogar de forma permanente com todas as organizações da classe trabalhadora (centrais, confederações, federações e sindicato, movimentos populares da cidade e do campo), para construir a unidade de ação contra a agenda autoritária e conservadora e o ajuste fiscal do governo Temer e todas as contrarreformas que tiram direitos dos trabalhadores e destroem os serviços públicos, pautando conjuntamente uma agenda de atividades e de mobilizações nacionais nos fóruns mais amplos de construção da luta, em particular para a construção da greve geral, intensificando a construção de comitês e fóruns locais a partir dos sindicatos filiados à CSP-CONLUTAS e junto à base dos trabalhadores das demais centrais, na perspectiva de construção de um amplo polo classista e de resistência para revogar: a) Emenda Constitucional 95/2016, que congela os investimentos públicos nas áreas sociais por 20 anos; b) a Lei Complementar 156/2016 e seus efeitos sobre estados e municípios que representam um desmonte do serviço público já em curso; c) a Lei da contrarreforma trabalhista expressa na PL 6787/2016, d) a Lei da terceirização; barrar a contrarreforma da previdência (PEC 287/2016); intensificar as ações contra as demais iniciativas legislativas referentes à precarização do trabalho e à terceirização, tais como o PLC 30/2015 (antigo PL 4330/2004) e seus congêneres (PLS 87/2010, PLS 300/2015 e PLS 339/2016), o PL 4302/98, que regula o trabalho temporário;

4-Denunciar à OIT e a outros órgãos internacionais, em articulação com outras entidades do serviço público, o corte de ponto, assim como outras condutas do Estado brasileiro que



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

buscam inviabilizar o exercício do direito de greve no serviço público;

5-Lutar pelo direito de greve, intensificando ações de denúncias das medidas ditatoriais do Poder Judiciário, como o corte de ponto de servidores em greve, e da PEC 53/2016 que visa limitar o exercício de greve do setor da educação;

6-Lutar pela revogação da Lei Complementar nº 159/17, que impõe o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal, um ajuste fiscal que suspende o pagamento das dívidas estaduais para com a União por três anos (prorrogáveis por mais três), com o agravante de adoção de medidas, como privatização de empresas públicas, congelamento de salários e, até, demissão de servidores;

7-Lutar pela revogação da Lei nº 13429/2017 (terceirizações), que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros, apoiando a organização dos trabalhadores/as terceirizados e sua participação nos espaços de luta;

8- Posicionar-se contrariamente à proposta de reforma política em curso no Congresso Nacional;

9-Lutar pela revogação da Lei nº 13.365/2016 que permite a abertura da exploração do Pré-Sal ao capital privado, retirando da Petrobras o direito de garantia da preferência dessa exploração.

10- Se inserir e divulgar as campanhas da Auditoria Cidadã da Dívida Pública, divulgando os dados sobre a dívida, exigindo a aprovação da Auditoria da Dívida pelo governo e contribuir na criação e fortalecimento de núcleos estaduais e/ou regionais da Auditoria Cidadã da Dívida.